FUNERAL — FUNCIONÁRIO EM COMISSÃO

— O benefício previsto no art. 186 do E.F. cabe também à família de funcionário interino ou ocupante de cargo em comissão, seja este ocupante, ou não, de cargo efetivo.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 3.117-45

No entender da D.F., o funeral é devido à família de todo funcionário, qualquer que seja a forma por que o mesmo tenha sido provido no cargo ou qualquer que seja a forma de provimento dêste, visto que o E.F. não faz, a respeito, quaisquer restrições, estabelecendo genericamente:-

“Art. 186. À família do funcionário falecido será concedida, a título de funeral, importância correspondente a um mês de vencimento ou remuneração”.

2. Assim, o benefício deverá ser concedido também no caso de funcionário interino ou ocupante de cargo de provimento em comissão, seja este ocupante ou não de cargo de provimento efetivo.

3. É verdade que a lei exige que o funcionário investido no cargo, vago em virtude do falecimento do respectivo ocupante, só pode entrar em exercício trinta dias depois dessa ocorrência; e que isso, no caso de cargos de provimento em comissão, que são, em geral, de chefia ou direção, acarreta reais prejuízos ao serviço, como bem salienta a D.P.E. Daí, e só por isso, não se poderá concluir que não cabe, no caso, o funeral, ou que este deva ser pago na base do vencimento do cargo efetivo, quando o *de cujus*, ocupante de cargo daquela natureza, também o fôsse de cargo de provimento efetivo, como pretende a D.P.E.

4. Além disso, as dificuldades apontadas ocorrem, igualmente, nos casos de cargos isolados de provimento efetivo: tesoureiro, professor catedrático, professor, etc., pois é evidente que o não provimento imediato de tais cargos acarretaria os mesmos inconvenientes ao serviço. Nem por isso, entretanto, se entende lícito excluir do benefício em causa a família do funcionário ocupante de tais cargos.

5. Assim, o que tudo está a indicar é que a legislação deverá ser alterada no sentido de se obviar a tais dificuldades, sem prejuízo do benefício que, de modo geral, quis a lei estabelecer à família de qualquer funcionário falecido.

6. A determinação, em lei, de que o funeral seria custeado à conta de uma dotação própria a ser estabelecida no orçamento, resolveria satisfatoriamente o assunto, de vez que ficaria afastado o impedimento atual de que seja o cargo respectivo provido imediatamente.

7. Nesse sentido, a D.F. proporá as providências necessárias. Até, porém, que seja revista a legislação, é de parecer :

a) que seja o funeral concedido também à família do ocupante de cargo de provimento em comissão;

b) que, no caso de ser este, ainda, titular de cargo efetivo, seja o funeral pago na base do vencimento do cargo de provimento em comissão, que, no momento, exercer; e

c) que, em qualquer hipótese, o funcionário investido em cargo vago por motivo de falecimento do respectivo ocupante, somente poderá entrar em exercício depois de transcorrido um mês daquela ocorrência.

8. E, com esse parecer, a D.F. restitui o presente à D.P.E.

Em 20 de março de 1945. — *Henrique Barbosa, D.D.*